



massa CRÍTICA

Ano_XIV • Edição_78 • AGO_2022

**instituto
PACS**

Periódico de análises
do Instituto Políticas
Alternativas para o Cone Sul

Foto: Warley de Andrade/TV Brasil



Retrocessos socioambientais no governo Bolsonaro: Um ataque planejado aos direitos das comunidades tradicionais e à floresta

Carolina Alves, pesquisadora e educadora popular do Instituto Pacs.

Introdução

○ Brasil enfrenta um momento de crise socioambiental sem precedentes. O retorno do país ao mapa da fome¹, os altíssimos índices de devastação da floresta amazônica e a violência crescente contra as comunidades tradicionais e defensores dos direitos humanos e ambientais nos dão a impressão de que voltamos no tempo². Neste momento, já existe certo consenso entre pes-

quisadores, ambientalistas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil de que os ataques do governo Bolsonaro ao campo socioambiental não foram e nem são aleatórios, mas constituem um projeto direcionado e organizado em etapas sucessivas bem estabe-

¹ MARTINS et. al. (2022)

² LERER (2021)

lecidas. Desde a propaganda eleitoral, em 2018, suas promessas se voltam para os interesses dos setores extrativistas, o ideal militar da Amazônia e o enfraquecimento da fiscalização ambiental. Não é à toa que o campo socioambiental assume um papel estratégico de ação e desregulação desde os primeiros dias de governo, processo que se desdobra numa série de medidas apoiadas na desinformação e no autoritarismo, promovidas pelo presidente.

Desde os primeiros dias de 2019, os esforços do governo se voltaram para o desmantelamento e ocupação das instituições por meio da intervenção do executivo. Em 2020, estes esforços passam a empreender ações cada vez mais voltadas para as diretrizes do projeto bolsonarista, enquanto projetos de lei conservadores avançam sistematicamente no Congresso (apesar de nem sempre conseguirem o apoio necessário). A pandemia se soma a este cenário, deflagrando o negacionismo como estratégia de encobrimento da corrupção e exclusão dos grupos mais vulnerabilizados. Em 2021, as consequências da devastação ambiental e social chegam a níveis críticos e o perigo de aprovação das medidas governistas se torna ainda maior, com os acordos políticos firmados e as estratégias de aceleração das votações. 2022 é marcado pela intensificação da violência contra as comunidades tradicionais e perifé-

ricas, pela fome crescente e pelo assassinato de defensores de direitos.

Neste ensaio buscamos analisar as ações do governo Bolsonaro direcionadas ao campo socioambiental nos últimos 3 anos (2019 a 2021), trazendo discussões também para o ano de 2022. Para isso, realizamos um levantamento temporal das ações a partir de dossiês, relatórios e linhas do tempo produzidas por diferentes organizações³, bem como pela divulgação nos meios de comunicação. Refletindo a respeito das informações levantadas, selecionamos categorias de análise que pudessem englobar as formas diversas de ação, influência e incidência do governo e contabilizamos a frequência com que cada uma delas ocorreu nesse período. Estas categorias foram: **medidas legais** (Projetos de lei, medidas provisórias e outros artifícios legais); **ações autoritárias do executivo** (exonerações, extinções de órgãos, nomeação de figuras contrárias à função das instituições); **discursos** (discursos de ódio em geral, racistas e de incentivo à práticas ilegais); **omissões** (ausência de demarcações, restrição da fiscalização, demora e incompetência na atuação dos órgãos) e ações criminosas (denúncias de atos criminosos nos territórios com a participação de parlamentares

³ ASCEMA (2020); LERER (2021); HEINRICH BOOL (2021).

e apoiadores⁴). Da mesma forma, identificamos alguns campos estratégicos nos quais as ações se concentraram ao longo destes anos. Foram eles: **Desmonte dos órgãos ambientais; ataque aos direitos dos povos tradicionais; enfraquecimento do combate ao desmatamento e queimadas na Amazônia; ataque ao fundo Amazônia; substituição de agentes ambientais por forças armadas na Amazônia; antiambientalismo e alinhamento com propostas bolsonaristas de campanha; omissão de dados ambientais e fake news; atração de empresas e investidores; votações em regime de urgência.** De forma semelhante, acompanhamos a frequência com que as ações do governo se concentraram nestes eixos, considerando o conjunto de ações que contribuíram para o retrocesso socioambiental durante esse período.

Acreditamos que o olhar mais apurado para estas estratégias, assim como para suas consequências presentes e futuras para a natureza, as comunidades tradicionais, os grupos populares e a população em geral precisam ser expostas e permear espaços diversos de discussão e debate. Isto, de forma que possa-

⁴ Como um dos exemplos podemos citar a investigação pelo MPF de desvio de vacinas destinadas aos indígenas em troca de ouro extraído ilegalmente da Terra Yanomami, com o envolvimento de pelo menos dois servidores, suspeitos de usar os imunizantes contra Covid-19 em garimpeiros, em abril de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-22/mineracao-e-garimpo-disputam-area-maior-do-que-a-belgica-dentro-da-terra-indigena-yanomami.html>

mos qualificar nossa crítica e nos mobilizar contra os retrocessos e a violência, que mais do que nunca, permanecem à espreita nesse ano eleitoral.

Um rastro de destruição

No ano de 2019, os esforços do governo se voltam claramente para o desmonte institucional, tanto na área ambiental, quanto social. É possível perceber que esse processo se deu por uma série de medidas que impuseram cortes orçamentários severos, extinção de programas e aglutinação de secretarias e funções dentro das instituições (ICMBio, IBAMA, FUNAI, INCRA)⁵. A justificativa para tal se resumiu aos supostamente “necessários” cortes de gastos, mas o conjunto das ações evidenciou claras intenções de desmonte em áreas estratégicas, sendo a socioambiental uma delas. Na reforma ministerial de Bolsonaro, a transferência das responsabilidades sobre pautas que tratam dos interesses das comunidades tradicio-

⁵ A reforma Ministerial (MPV 870/2019) abre as portas para o desmonte dos órgãos ambientais e transfere o controle de direitos das populações tradicionais para as mãos dos ruralistas. Nesse caminho, a FUNAI deixa o Ministério da Justiça e de Segurança Pública (MJSP) e passa a fazer parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e a competência para demarcação de terras indígenas vai para o MAPA. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) perde a capacidade de formular e conduzir algumas políticas fundamentais, sendo esvaziado de suas competências. Secretarias como a de Mudanças do Clima e Florestas são extintas. O SFB (Serviço Florestal Brasileiro) e o CAR (Cadastro Ambiental Rural) passam para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (ASCEMA, 2020).

nais para ministérios conservadores alinhados ao agronegócio, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), deflagram a imposição de um não diálogo entre o governo, os movimentos sociais do campo, os povos indígenas, as comunidades quilombolas e muitas outras, aprofundando sua insegurança e isolamento.

Nos dois primeiros anos de governo, a exoneração de analistas e profissionais dos órgãos ambientais aconteceu de forma sistemática, mas não aleatória. Na maioria dos casos, os afastamentos aconteceram após importantes ações de fiscalização ambiental, apreensão de equipamentos em atividades ilegais e autuação de multas - atividades garantidas pelas regulamentações ambientais brasileiras. As ações autoritárias do Presidente da República e do então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, contra servidores públicos da área ambiental foram acompanhadas por discursos cujo tom antiambientalista esteve sempre presente. A substituição destes agentes por outros, mais alinhados ao direcionamento do governo, aconteceu não apenas nos órgãos ambientais, mas também naqueles órgãos voltados para os direitos humanos, para a demarcação de terras, entre outros. Dessa forma, as instituições passaram a ser ocupadas, em muitos casos, por militares ou por indivíduos politicamente comprometidos com o projeto bolsonarista, fato que passou a

influenciar fortemente na atuação destas instituições.

Foi notório o enfraquecimento das ações de fiscalização pelos órgãos ambientais, que se tornaram cada vez mais escassas, já que os mecanismos que as possibilitavam foram continuamente suspensos por ordens superiores⁶. O número de multas emitidas pelo Ibama em 2019, por exemplo, apresentou uma grande queda (29,4%), se comparado ao ano anterior. Além disso, a censura foi imposta⁷ aos analistas ambientais, à medida que instâncias ambientais federais, como o Conama⁸, restringiram a divulgação de dados sobre as fiscalizações e outros processos em andamento. As medidas legais adotadas pelo governo, por sua vez, caminharam no sentido de estabelecer mecanismos de “conciliação das multas” para os grandes proprietários⁹.

⁶ Até agosto de 2019, apesar da crise na região Amazônica, o Grupo Especial de Fiscalização (GEF) do Ibama (elite dos agentes de campo) não foi acionado. Em outra frente, a diretoria do IBAMA retirou a autonomia dos agentes de fiscalização de campo do ICMBio para destruir e inutilizar equipamentos apreendidos. Tais ações passaram a depender de autorização prévia das autoridades superiores (ASCEMA, 2020).

⁷ O Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, proibiu que o Ibama e o ICMBio se comunicassem diretamente com a imprensa, no que ficou conhecido pelos servidores como “lei da mordança” (BORGES, 2019).

⁸ Conselho Nacional de Meio Ambiente.

⁹ A Medida Provisória (MPV) 910/2019 deu o poder para o Ministro de negociar descontos para multas ambientais altas e decidir sobre a aplicação desses recursos, além de possibilitar a anistia de crimes de invasão de terras, caminhando na contramão do combate ao desmatamento (BRITO e BARRETO, 2020).

Desde os primeiros dias de governo, foi possível perceber que as ações, discursos e medidas legais dialogaram, a todo tempo, com as promessas de campanha voltadas para o agronegócio e a diminuição da fiscalização ambiental¹⁰. Medidas que, direta ou indiretamente, atentam contra os direitos dos povos. Discursos produzidos pelo presidente e líderes ruralistas do governo, por um lado, incentivavam ações ilegais, invasões, utilização do fogo¹¹, e, por outro, disseminavam a visão preconceituosa contra os povos tradicionais, muitas vezes culpabilizando-os pelos impactos ambientais crescentes.

Os constantes ataques ao Fundo Amazônia¹² pelo próprio Ministro do Meio Ambiente foram um destaque em 2019. As denúncias nunca comprovadas sobre irregularidades no fundo e as investidas na tentativa

¹⁰ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/16/propostas-de-bolsonaro-para-meio-ambiente-colocam-o-pais-em-risco-avi-sam-ativistas>

¹¹ Em agosto de 2019, fazendeiros e grileiros de Novo Progresso, no Pará, realizaram queimadas coordenadas de pastagens e áreas desmatadas, no que chamaram de “dia do fogo”. A fala de um dos participantes evidencia que o ato teve a postura do presidente como principal estímulo: “Precisamos mostrar para o presidente que queremos trabalhar e o único jeito é derrubando. E para formar e limpar nossas pastagens, é com fogo” (ASCEMA, 2020).

¹² O Fundo Amazônia é um fundo criado com o objetivo de captar doações de diversos países para serem usadas em ações não reembolsáveis de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e na conservação e uso sustentável das riquezas naturais, na Amazônia Legal. <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>

de reverter estas verbas para indenização de proprietários de terras, foram alguns dos pontos que afastaram países doadores, até que este fosse finalmente interrompido. Da mesma forma, as ONGs de proteção à Amazônia foram fortemente criticadas e acusadas pelo governo como principais responsáveis pelo aumento do desmatamento, dentro de uma retórica conspiratória absurda de desvio da atenção para as reais causas do problema - típica estratégia do governo de desinformação e disseminação de *fake news*.

Estes discursos povoaram o país no momento em que se registravam altos índices de queimadas na Floresta Amazônica, poucos esforços governamentais de contenção e que a crítica internacional colocava Bolsonaro em destaque como mau exemplo ambiental. O crescente investimento do governo nas *fake news* esteve intimamente ligado à deslegitimação dos dados científicos, principalmente aqueles produzidos por órgãos de monitoramento, como o caso do INPE¹³, que publicou em julho de 2019 dados de um aumento significativo das queimadas na Amazônia¹⁴ e teve seu diretor, Ricardo Galvão, exonerado dias de-

¹³ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

¹⁴ O número de alertas de desmatamento e degradação aumentou cerca de 88% em relação a 2018. No primeiro semestre do ano os alertas de desmatamento em terras indígenas aumentaram 38% e em Unidades de Conservação federais aumentaram 85% (ASCEMA, 2020).

pois¹⁵. O negacionismo, portanto, permeou e permeia a forma de agir do governo, interna e externamente, já que mesmo em conferências internacionais, o discurso produzido pelo presidente não condiz, em absoluto, com as ações executadas no território brasileiro.¹⁶

De forma geral, várias medidas legais (projetos de lei e medidas provisórias) alinhadas ao plano de desmonte das instituições, restrição dos direitos das comunidades tradicionais e enfraquecimento da proteção ambiental da Amazônia foram criadas ou mesmo resgatadas por Bolsonaro e aliados¹⁷. Os pontos estratégicos de incidência do governo, nesse primeiro momento, foram principalmente: **o fortalecimento do discurso antiambientalista alinhado às propostas bolsonaristas de campanha**, que privilegia os interesses de expansão do agronegócio e do neoextrativismo em direção às fronteiras da Amazônia, Pantanal e Cerrado; **o ataque aos direitos dos povos tradicionais**, que exatamente fazem resistência a este avanço nos territórios; **o enfraquecimen-**

to do combate às queimadas e ao desmatamento da Amazônia; e o desmonte dos órgãos ambientais, a partir do enfraquecimento de sua atuação fiscalizadora e da deslegitimação das informações científicas de monitoramento ambiental.

Como avaliam Sauer et. al. (2020), o governo põe em prática um projeto ultraliberal de desmonte e descaracterização do aparelho do Estado, em diversas instâncias. Nesse sentido, é importante salientar que no primeiro ano de governo, as ações autoritárias e os discursos preconceituosos, articulados às *fake news*, tiveram um papel importante na consolidação desse desmonte em todo o território. **Nesse primeiro momento, a atuação incisiva de Bolsonaro se concentrou nas medidas que dependiam exclusivamente da aprovação do executivo e de seus ministros, sem precisarem passar pelo poder legislativo.** Por isso, a reorganização das instituições e o direcionamento da atuação dos servidores foram os primeiros resultados dessa empreitada (GUETTA, 2020).

¹⁵ Fonte: <https://noticias.r7.com/brasil/diretor-do-inpe-ricardo-galvao-sera-exonerado-do-cargo-29062022>

¹⁶ Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/imprensa-internacional-repercute-discurso-de-bolsonaro-na-assembly-geral-da-onu/>

¹⁷ É importante salientar que a política de desmonte já se inicia no governo de Temer, logo após o impeachment da presidenta Dilma, em que muitas medidas incidem na fragilização de programas sociais, socioambientais e daqueles destinados às populações do campo (PEREIRA et. al., 2021).

“O negacionismo, portanto, permeou e permeia a forma de agir do governo, interna e externamente [...]”

Apesar do ano de 2020 ter seguido o mesmo caminho de retrocessos de 2019, é possível perceber um redirecionamento das ações. Fica evidente que uma primeira etapa foi concluída no sentido do enfraquecimento das instituições e das redes de proteção, tanto da natureza, quanto dos direitos das comunidades tradicionais. É possível perceber também que, a partir de 2020, a atuação das instituições ligadas às questões socioambientais acontece de forma cada vez mais alinhada aos interesses priorizados pelo governo. Só para citar um de muitos exemplos, em março de 2020 foi divulgada a notícia de que o presidente do IBAMA liberou a exportação de madeira nativa, contrariando o laudo assinado por cinco técnicos de carreira do mesmo órgão (ASCEMA, 2020). Assim, o processo de desmonte das instituições e perseguição dos analistas ambientais continuou, mas de forma menos acelerada, pois a máquina já funcionava a partir das engrenagens desejadas.

As omissões do Estado no campo socioambiental, presentes desde 2019, puderam ser percebidas de forma mais clara, por exemplo, na ausência de demarcações de terras indígenas e regularizações de assentamentos (STÉDILE, 2020). Por outro lado, o movimento de atração de empreendimentos e investidores internacionais para regiões protegidas, localizadas na fronteira de expansão de atividades extrativistas,

se intensificou. Encontros entre o presidente, seus ministros e a classe empresarial foram transmitidos pela mídia como símbolo do investimento no crescimento do Brasil¹⁸. No entanto, as populações locais não foram incluídas, nem minimamente consultadas¹⁹. Essa postura assumiu um lugar proeminente nas ações e discursos em 2020, ano em que, nem mesmo durante a pandemia, o agronegócio e as atividades neoextrativistas desaceleraram sua produção. Dessa forma, percebe-se que a postura de “vista grossa” para o desmatamento na Amazônia, Pantanal e Cerrado (fronteiras do neoextrativismo mineral e agrário) e a vulnerabilização das comunidades tradicionais destes territórios não foi por acaso e permanece em curso (PEREIRA et. al., 2020).

Com a paralisação do Fundo Amazônia e a precarização da atuação

¹⁸ “A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Secretaria-Geral da Presidência da República realiza reunião em Belém para apresentação para empresários de um esboço do chamado “Projeto Barão do Rio Branco”, que tem por objetivo ocupar parte da Amazônia. A iniciativa lista grandes obras de infraestrutura e investimentos para alavancar as atividades na região, que inclui áreas entre as mais preservadas do bioma.” (ASCEMA, 2020, p.10)

¹⁹ Em fevereiro de 2020, é enviado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 191/2020, que, dentre outras coisas, permite atividades de alto impacto ambiental, como a mineração, nas terras indígenas. Já em agosto, é publicada a Resolução CPPI 126/2020 pelo Ministério da Economia, recomendando a elaboração de uma “Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos”, que visa a aceleração do licenciamento ambiental para projetos considerados estratégicos para o país.



do IBAMA, principalmente na Floresta Amazônica, foi possível perceber um processo contínuo de substituição dos agentes ambientais pelas forças armadas²⁰. Empregados tanto no combate ao desmatamento, quanto na suposta “proteção” de terras indígenas, os militares foram paulatinamente inseridos como representação do Estado, responsáveis por áreas de fronteiras cada vez maiores. Assim como muitas unidades de conservação passaram a ser presididas por militares e ex-militares de carreira, não concursados.

A partir de 2020, as medidas legais parecem adquirir maior importância e o governo expande sua atuação

²⁰ Em maio de 2020, é publicado o Decreto 10342/2020, pelo presidente, autorizando o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal.

ção na área socioambiental, agora não mais restrita ao executivo, encaminhando as propostas para votação no legislativo. Segundo Furtaido (2020), mais de 30 projetos de lei entraram em tramitação no Congresso Nacional com o propósito de desregulamentação dos direitos territoriais dos povos tradicionais. Diversas medidas de alteração da legislação ambiental também foram propostas²¹. Apesar disso, o governo não encontrou o apoio imediato esperado. Várias medidas provisórias caducaram e não foram votadas, já

²¹ Como exemplo, temos a publicação do Decreto 10239/2020, por Bolsonaro, em que o Conselho Nacional da Amazônia foi retirado do MMA e transferido para a vice-presidência da república, a participação de governadores, Ibama, ICMBio, Funai e sociedade civil foi retirada, enquanto a presença de militares aumentou. Ou o despacho do Ministro do Meio Ambiente, que implementou o parecer da Advocacia Geral da União, reconhecendo como áreas consolidadas as APPs (Áreas de Preservação Permanentes) desmatadas e ocupadas até julho de 2008, de forma a anistiar desmatadores da Mata Atlântica (ASCEMA, 2020).

que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal priorizaram os temas consensuais dentro da agenda socioambiental. Importante salientar que, nesse processo, os movimentos sociais e os partidos de oposição tiveram papel essencial de resistência, ao denunciar ao debate público as violações pretendidas (GUETTA, 2021).

No ano de 2021, estas ameaças se reconfiguraram de forma ainda mais perigosa. Se nos anos anteriores as mudanças estabelecidas pelo governo poderiam ser facilmente reeditadas - por seu caráter provisório -, o que se vê em 2021 é um investimento na aceleração do processo de votação de alterações permanentes e extremamente prejudiciais, tanto na legislação ambiental, quanto no referente aos direitos dos povos. Tudo isso sem o debate necessário e em caráter de urgência (GUETTA, 2021).

Para entender melhor como esta mudança de rumo foi possível, basta atentar para o fato de que, entre fevereiro e março de 2021, foram eleitos os novos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ambos com o apoio de Bolsonaro, mediante “acordo” com as bases de centro²². Alguns dias após

a eleição do Congresso, o presidente encaminhou uma lista de prioridades a serem votadas para os então presidentes, a partir de Projetos de Lei - PLs (LERER, 2021). Dentre as medidas, destacam-se a PL 191/2020, que fala sobre a regularização da mineração em terras indígenas; a PL 3729/2004, que altera a lei de licenciamento ambiental²³; a PL5518/ 2020, que aborda as concessões florestais; e a PL 2633/2020, que trata da regularização fundiária, conhecida também como PL da grilagem. Em um momento no qual a Frente Parlamentar do agronegócio representa a maior bancada do Congresso, algumas destas PLs passaram a tramitar com uma velocidade inédita. Em maio de 2021, a votação da PL 3729/2004, sobre o licenciamento ambiental, foi concluída na Câmara dos Deputados, aprovada sem alterações e encaminhada ao Senado Federal. Sua aprovação significará a dispensa de critérios de avaliação e controle para a instalação e o funcionamento de vários tipos de empreendimentos. Tal alteração representa um retrocesso gigantesco, que põe em risco tanto os ecossistemas e a biodiversidade, quanto as populações locais e comunidades tradicionais impactadas (LERER, 2021).

²² Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-29/quatro-ministerios-e-bilhoes-de-reais-em-emendas-a-receita-de-bolsonaro-para-vencer-no-congresso-de-bracos-dados-com-o-centrao.html>

²³ Uma das mais importantes ferramentas de controle e fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos que causam impactos ambientais, consolidada pela Política Nacional de Meio Ambiente.

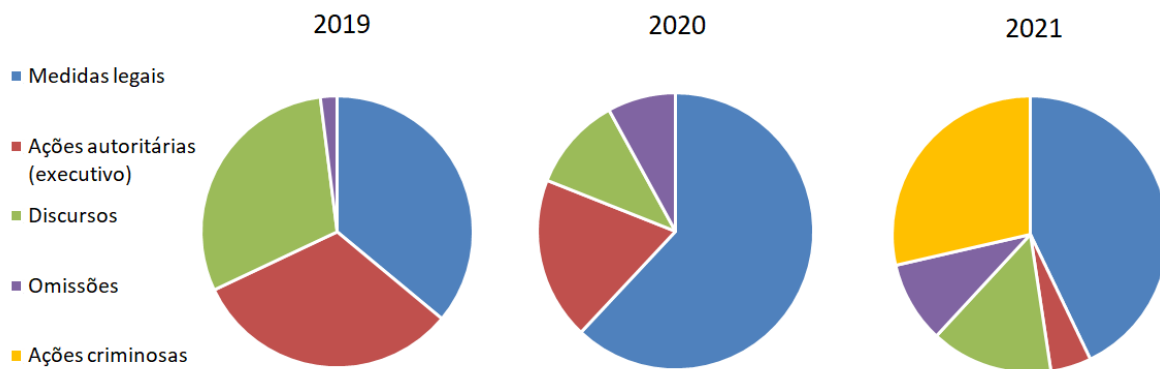


Figura 1. Gráfico baseado na frequência das diferentes formas de atuação do governo, de 2019 a 2021. Elaboração da autora.

Consequências e resistências

Os estragos provocados pela política de desmonte socioambiental foram cumulativos e repercutiram fortemente nos territórios. Os índices de desmatamento da Amazônia Legal tiveram um aumento de 9,5%, de 2019 para 2020, e de 21,9%, de 2020 para 2021 (INPE, 2020; 2021). Desde 2019, a Funai passou a atuar com 1/3 de sua força de trabalho devido aos cortes orçamentários. Não obstante, as invasões de terras indígenas têm se intensificado, assim como as queimadas, em áreas ocupadas por grileiros, e as atividades de garimpo (FELLOWS et. al., 2021). Os conflitos por terra aumentaram 17,84% desde 2016. Entre as famílias expulsas de suas terras, a maioria é de origem indígena, seguidas daquelas de posseiros e quilombolas (CPT, 2020). Mesmo durante a situação de calamidade sanitária causada pela pandemia de Covid-19 e das orientações contrárias da Comissão de Direitos Humanos da ONU, mais de 6 mil famílias brasileiras foram despejadas,

tendo como principal justificativa as reintegrações de posse, os conflitos com proprietários e o impacto devido a obras públicas (BOEHM, 2020).

Em várias esferas, os retrocessos provocados pelas medidas adotadas pelo governo afetaram conquistas históricas dos movimentos sociais e políticas públicas essenciais nos âmbitos ambiental e fundiário. Com o passar dos anos, a tendência de financeirização e disponibilização das terras públicas para o mercado se tornou evidente. A paralisação na demarcação das terras indígenas, regularização de assentamentos e titulação dos territórios quilombolas, por um lado, e a facilitação da regularização das terras adquiridas por grilagem, por outro, não apenas vão no caminho oposto da preservação ambiental, como também da democratização da terra (SIMONI et. al., 2021).

Um estudo publicado pelo MapBio-mas, referente ao período de 2010 a 2020, mostrou que a área ocupa-

da pelo garimpo em terras indígenas cresceu 495%; já em unidades de conservação, o crescimento foi de 301%. Em 2020, metade da área nacional do garimpo estava em unidades de conservação (40,7%) ou terras indígenas (9,3%)²⁴. As invasões tomaram ainda mais força a partir da tramitação de projetos de lei, promovidos por governos estaduais alinhados ao projeto bolsonarista, que contestavam os direitos dos povos indígenas. A aprovação do garimpo, sem a exigência de estudos prévios no estado de Roraima, pelos deputados estaduais e a posterior suspensão desta lei pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, por sua inconstitucionalidade, são exemplos claros desse processo (LERER, 2021).

A exoneração do Ministro Ricardo Salles também pode ser considerada uma consequência emblemática do projeto criminoso do governo Bolsonaro para a área socioambiental. Depois da repercussão negativa de seu comportamento antiambientalista e “pró- agro” para investidores estrangeiros, Salles foi pressionado a dialogar sobre a política ambiental, como forma de se manter no cargo, em 2021. Tal intenção não se sustentou por muito tempo, já que foi denunciado ao STF por cometer ato ilegal e por organização criminosa, no episódio de apreensão de madeira ilegal no Amazonas, junto

a empresários do ramo madeireiro, servidores públicos e o próprio presidente do IBAMA, Eduardo Bim! Em maio de 2021, a Procuradoria Geral da República solicitou ao STF a abertura de inquérito contra o ministro. Sob o risco de prisão, Salles foi, finalmente, exonerado por Bolsonaro, entrando em seu lugar Álvaro Pinheiro Leite, antigo conselheiro da sociedade rural brasileira (LERER, 2021).

A perseguição aos defensores do meio ambiente ao longo destes 4 anos se tornou ainda mais agressiva. Somam-se a isso os efeitos nefastos da paralisação de órgãos como a Funai e o IBAMA, mediante o desinvestimento, a exoneração de servidores e a atuação autoritária e violadora de direitos. O caso dos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Philips, em junho de 2022, materializam essa condição de violência. Bruno era Coordenador-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato no órgão da Funai, em 2019. Logo após coordenar uma operação de combate ao garimpo ilegal no sudoeste do Amazonas, que culminou na destruição de 60 balsas, na Terra Indígena Vale do Javari (Operação Korubo), Bruno foi exonerado do cargo pelo secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública²⁵ e obrigado a se licenciar de suas atividades na Funai. Depois

²⁴ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mpf-recomenda-repressao-a-garimpo-no-rio-madeira-no-amazonas/>

²⁵ Luiz Pontel, que era sub secretário do ministro Sérgio Moro, na época.

de sua exoneração, nenhuma outra grande operação foi realizada na região. Mesmo sofrendo ameaças constantes por seu trabalho junto aos indígenas, contra garimpeiros e madeireiros, Bruno permaneceu apoiando os grupos mais vulnerabilizados. Seu assassinato junto a Dom aconteceu quando ele acompanhava o jornalista que realizava entrevistas com lideranças indígenas e ribeirinhos do Vale do Javari (região onde invasões de terras indígenas por garimpeiros e madeireiros são comuns), para seu livro sobre a Amazônia. Os responsáveis foram identificados rapidamente, ao contrário dos mandantes, dos quais não se tem notícia²⁶.

Apesar do destaque nas mídias, este não foi um caso isolado no território amazônico²⁷, que nos últimos anos enfrenta um aumento do número de mortes violentas de lideranças indígenas e outros defensores. É o caso do assassinato do líder e membro dos guardiões da floresta, Paulo

Guajajara e de outras lideranças da etnia entre 2019 e 2020, por gangues invasoras; do assassinato de Edivaldo Manuel de Souza, do povo Atikum, torturado e morto em sua própria aldeia e de quatro indígenas Atikum mortos em operações policiais; do massacre de comunidades indígenas e ribeirinhas no rio Abacaxis, no Amazonas; sem contar as ameaças armadas à diversas comunidades indígenas, ribeirinhas, agricultoras e outras²⁸. Estes fatos corroboram com a posição do Brasil como quarto país mais perigoso para defensores da natureza e dos direitos humanos²⁹. Por outro lado, dentre todas as categorias fundiárias, as terras indígenas ainda foram as que sofreram menor índice de desmatamento nos últimos três anos (2019-2021), mesmo que o assassinato de defensores tenha saltado 75%, o que reafirma a importância dessas resistências para o combate ao desmatamento³⁰.

As constantes violações de direitos e o perigo representado pela aprovação de PLs que comprometem os

²⁶ Para a jornalista Eliane Brun, a guerra empreendida pelo governo Bolsonaro contra a floresta e seus defensores ultrapassa mais um limite de violência, já que Bruno e Dom foram mortos dentro da floresta; contrariando a forma como este tipo de crime costumava ocorrer, geralmente em áreas urbanas para desassociar seu motivo da atuação das vítimas. Para ela, há uma atmosfera de permissividade crescente. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2_56P-V7d7a4

²⁷ Segundo levantamento da Global Witness, 90% dos homicídios de ativistas ambientais no país ocorreram na Amazônia em 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-28/brasil-e-o-terceiro-pais-mais-letal-do-mundo-para-ativistas-ambientais-so-atras-de-filipinas-e-colombia.html>

²⁸ Várias destas mortes foram denunciadas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/06/nao-esperem-pelo-brasil-cimi-denuncia-a-onu-massacres-e-assassinatos-de-liderancas-indigenas-e-defensores-de-direitos-humanos-no-brasil/>

²⁹ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/brasil-quarto-pais-que-mais-mata-defensores-dos-direitos-humanos-no-mundo-tem-programa-de-protecao-ameacado/>

³⁰ Disponível em: <https://midianinja.org/news/areas-indigenas-sao-excecao-no-aumento-do-desmatamento-no-brasil/>

direitos dos povos indígenas resultaram em mobilizações e resistência. Em junho de 2021, cerca de 800 indígenas de 40 povos se reuniram em Brasília no “Levante pela Terra”, com o intuito de defender direitos assegurados pela Constituição. Nesse mesmo mês, houve a aprovação do PL 490/2007, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, cuja base é a “tese do marco temporal”, que propõe a interrupção da demarcação de terras indígenas, possibilitando, inclusive, a retirada de posse de terras homologadas há décadas. Como

resposta, a APIB³¹ protocolou um comunicado de denúncia contra Bolsonaro, no Tribunal Penal Internacional (TPI). Em 07 de setembro de 2021, mesmo diante da tensão provocada pela possibilidade de iniciativas antidemocráticas incentivadas pelo presidente, 4 mil mulheres indígenas se reuniram em Brasília na II Marcha das Mulheres Indígenas e permaneceram acampadas até o dia 08 de setembro, quando puderam acompanhar a votação a respeito do “marco temporal”, rechaçado pelo Ministro Edson Fachin³² (LERER, 2021).

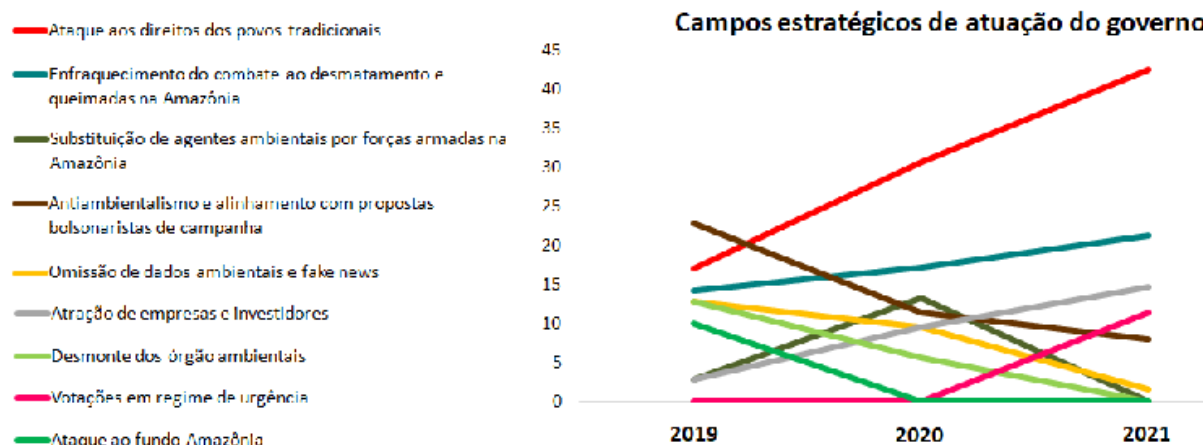


Figura 2. O gráfico ilustra a atuação do governo em áreas estratégicas, ao longo dos três primeiros anos (2019-2021). Elaboração da autora.

Como forma de representar algumas conclusões oriundas do levantamento realizado, apresentamos o gráfico acima. Observamos que o ataque aos direitos dos povos tradicionais se configura como eixo de maior centralidade e crescimento nas ações do governo, seguido pelo enfraquecimento do combate ao desmatamento e queimadas na

Amazônia, ambos afetados diretamente pelos desmontes e violência, decorrentes dos demais. Eixos que tiveram mais força no primeiro ano de governo e se estabeleceram

³¹ Articulação dos Povos indígenas do Brasil.

³² Logo depois, o ministro indicado por Bolsonaro, Nunes Marques, votou a favor, mas o ministro Alexandre de Moraes pediu o veto do processo e suspendeu o julgamento.

nos seguintes, como substituição de agentes ambientais por forças armadas na Amazônia, ataques ao fundo Amazônia, omissões e *fake news* e desmonte dos órgãos ambientais apresentaram quedas, provavelmente por terem seus objetivos cumpridos. Destaque especial para o eixo de votações em regime de urgência, que adquire força em 2020 e cresce em 2021.

Considerações Finais

No âmbito socioambiental, não há dúvidas de que o governo de Bolsonaro conta, além de seus partidários desinformados e iludidos, com o apoio das elites extrativistas racistas conservadoras, de setores militares recalcados e do empresariado estrangeiro parasitário. Todos estes interessados em mudanças permanentes na legislação socioambiental, mas também na instauração de uma atmosfera antidemocrática de impunidade e conformismo, que facilite a exploração desenfreada da natureza e do trabalho e que elimine os focos de resistência nos territórios. Projeto que, inclusive, extrapola o período de governo ocupado por Bolsonaro³³.

Fica claro também que os ataques diretos e indiretos às comunidades

tradicionais, aos defensores e aos direitos conquistados por trabalhadores e trabalhadoras assumem lugar central. O foco são as resistências que estão na ponta da lança do enfrentamento do projeto colonial, racista, patriarcal e antidemocrático em curso, desde a invasão do país pelos portugueses no século XVI, projeto este que se fortalece e se reconfigura no curso desse governo autoritário e privatista. É urgente, mais ainda neste ano eleitoral, proceder no combate à desinformação, no acompanhamento atento das manobras de votações-relâmpago no Congresso e em outras instâncias e no fortalecimento das comunidades tradicionais e movimentos sociais que pautam um projeto socioambiental popular de futuro. A desejada derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022, se confirmada, acarretará a retomada de um país em frangalhos, ferido naquilo que lhe é mais caro: seu povo e sua terra. Por isso, é importante não perdermos de vista a urgência de um projeto de país que enfrente o ideal extrativista colonialista e reestabeleça direitos àquelas comunidades que são as verdadeiras responsáveis pela preservação da vida e pelo sustento da população.

³³ A urgência em aprovar tais modificações entre 2021 e 2022 parece se relacionar à chegada do final de um mandato que atinge altos índices de rejeição e desaprovação em várias camadas da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCEMA. CRONOLOGIA DE UM DESASTRE ANUNCIADO: Ações do Governo Bolsonaro para desmontar as políticas de Meio Ambiente no Brasil. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2020/09/Dossie_Meio-Ambiente_Governo-Bolsonaro_revisado_02-set-2020-1.pdf. Acesso: 13/10/21

BOEHM, Camila. Mais de 6 mil famílias brasileiras foram despejadas durante a pandemia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-10/mais-de-6-mil-familias-brasileiras-foram-despejadas-durante-pandemia>. Acesso: 23/11/21

BORGES, André. O ministério do Meio Ambiente impõe Lei da mordaca a Ibama e ICMBio. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-do-meio-ambiente-impoe-lei-da-mordaca-a-ibama-e-icmbio,70002753849>. Acesso: 13/10/21

BRITO, B., BARRETO, P. 2020. Nota técnica sobre Medida Provisória 910/2019. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/nota-tecnica-sobre-medi-da-provisoria-n-o-910-2019/>. Acesso: 2/10/21

CPT. ONG expõe risco ambiental do governo Bolsonaro e questiona participação do Brasil na OCDE. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/5517-ong-expoe-risco-ambiental-do-governo-bolsonaro-e-questiona-participacao-do-brasil-na-ocde>. Acesso: 2/10/21

FAUSTINO, Cristiane. Retrocessos socioambientais e a vida nos territórios. In: PAIM, Elisângela S. (Org.) Resistências e Reexistências. Mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia. Funilaria: São Paulo. p. 17- 37, 2020.

FELLOWS, M., ALENCAR, A., BANDEIRA, M., CASTRO, I., GUYOT, C. Amazônia em Chamas - desmatamento e fogo em terras indígenas: nota técnica nº 6. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2021. Disponível em: <https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-6-desmatamento-e-fogo-nas-terras-indigenas-da-amazonia/>. Acesso: 2/10/21

GUETTA, Murício. A escalada de ataques aos direitos socioambientais no Brasil, o roubo de terras e a “boiada de todas as boiadas”. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/dossie-flexibilizacao-da-legislacao-socioambiental-brasileira-3a-edicao>. Acesso: 13/11/21

INPE. Nota técnica desmatamento da Amazônia Legal. 2020. Disponível em: http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias-obt-inpe/estimativa-de-desmatamento-por-corte-raso-na-amazonia-legal-para-2020-e-de-11-088-km2/Nota_Tecnica_Estimativa_PRODES_2020.pdf. Acesso: 10/11/21

INPE. Nota técnica desmatamento da Amazônia Legal. 2021. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/65990912/nota-tecnica-desmatamento-da-amazonia-legal>. Acesso: 23/11/21

LERER, Rebeca. Governo JB, Menos 30 anos em 3. 2019-2021 Uma linha do tempo dos principais retrocessos socioambientais relacionados ao uso da terra e a explosão do desmatamento nos 3 anos de Bolsonaro. Sinal de Fumaça Monitor Socioambiental, 2021. Disponível em: <https://www.sinaldefumaça.com/especiais/dossie-governo-jb-menos-30-anos-em-3-2019-2021/>. Acesso: 13/11/21

MARTINS, Felipe; PONTES, Giovana; SILVA, Larissa; MARACONI, Yan. Insegurança alimentar e volta do Brasil ao Mapa da Fome, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/Carolina/Downloads/Inseguran%C3%A7a%20alimentar%20e%20volta%20do%20Brasil%20ao%20Mapa%20da%20Fome.pdf>. Acesso: 08/08/21

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo. Revista NERA, v. 24, n. 58, p. 08-27; 2021.

SIMONI, Joana; MALERBA, Juliana; MONTENEGRO, Marcelo; SANTOS, Maureen; VIANA, Manoela. Retrocessos no direito à terra e ao território, 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/dossie-flexibilizacao-da-legislacao-socioambiental-brasileira-3a-edicao>. Acesso: 23/11/21

STÉDILE, J. P. Os retrocessos do governo na política agrária, agrícola e ambiental – por Stédile. Bolsonaro favoreceu latifundiários, agronegócio, madeireiros e mineradoras. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/01/02/os-retrocessos-do-governo-na-politica-agraria-agricola-e-ambiental-por-stedile/>. Acesso: 23/11/21

HEINRICH BOLL STIFTUNG. Dossiê: Flexibilização da Legislação Socioambiental Brasileira. 3ª edição, Rio de Janeiro 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/dossie-flexibilizacao-da-legislacao-socioambiental-brasileira-3a-edicao>. Acesso: 13/11/21